

Os Patrimônios como Sistemas Patrimoniais e Culturais: notas etnográficas sobre o caso da cidade de Goiás¹

Izabela Tamaso^a

Neste artigo os patrimônios são tratados como sistemas culturais. Assim, se religião, arte, senso comum e política são sistemas culturais, os patrimônios também o são, desde que sejam entendidos em relação a outros sistemas: artístico, estético, religioso, do senso comum, político, de parentesco, etc. O grau de conexão e articulação entre sistemas patrimoniais e estes outros sistemas é variável e depende, pois, do contexto cultural. O caso da cidade de Goiás revela a relação constitutiva de interanimação entre bens tangíveis e intangíveis, entre discursos e experiências, como partes integrantes do sistema patrimonial e como produções metaculturais. Uma tal abordagem pode contribuir para refletir e propor políticas públicas de preservação, proteção e salvaguarda dos patrimônios que atendam prioritariamente às demandas dos grupos locais, sem perder de vista o diálogo com agências em escalas nacional e mundial.

Sistema Patrimonial; Patrimônios Culturais; Cidade de Goiás.

As investigações e análises antropológicas dos patrimônios culturais (tangível ou intangível), realizadas nas últimas duas décadas têm se concentrado sobretudo em estudos de casos das relações entre instituições de preservação e moradores das localidades onde os patrimônios existem e acontecem (Arantes 1984, 2011a e 2013; Guimarães 2013; Herzfeld

^a Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFG) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Performances Culturais (UFG). E-mail: belatamaso@gmail.com.

1991 e 2009; Lacarrieu 2006 e 2010; Lewgoy 1992; Lima Filho 2010; Rubino 2006 & Tamaso 1998, 2005, 2006, 2007a, 2007b, 2011, 2012a e 2012b). Estas abordagens tratam especialmente dos dissensos relativos às políticas e práticas patrimoniais e contribuíram sobremaneira para o entendimento dos processos de patrimonialização que se intensificaram a partir da década de 90. Embora seja esta uma problemática relevante para a antropologia, nota-se pouco progresso teórico de maior importância, que avance para além das reconhecidas contribuições de Arantes (1984, 2001, 2009, 2011a, 2011b e 2013), Canclini (1994 e 1997), Gonçalves (2005 e 2007), Handler (1988) e Herzfeld (1991 e 2009)².

Além dos antropólogos que pesquisam os patrimônios, a análise que faço neste artigo dialoga especificamente com um autor que contribuiu sobremaneira para com o reposicionamento de alguns temas no curso da disciplina antropológica. É o caso de Geertz e os temas da religião e da arte.

Ao refletir sobre a religião como um sistema cultural, Geertz (1989) avaliou os motivos pelos quais os estudos sobre religião estagnaram no âmbito teórico após a 2^a. Guerra Mundial e ensaiando sair da inércia teórica se debruçou sobre a dimensão cultural da análise religiosa. Inspirada em Geertz, exercitarei o mesmo com os patrimônios.

A dificuldade é que patrimônios culturais são recorrentemente confundidos com culturas, como se os dois fossem a mesma coisa. Se patrimônios não são exatamente equivalentes à história, à memória e à identidade (Lowenthal 1998b e Tamaso 2007), tampouco são equivalentes à cultura.

Tomemos o conceito de cultura de Geertz:

“um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida” (1989:103).

Entendo que os patrimônios sejam ao mesmo tempo parte e derivações dos “significados transmitidos historicamente” e das “concepções herdadas expressas em formas simbólicas” (1989:103).

Contudo, é importante destacar, embora seja óbvio, que são de outra ordem, pois são os patrimônios os símbolos da cultura, ou seja, são símbolos das formas simbólicas selecionadas. São meta-simbólicos à medida que, sendo selecionados como patrimônios, eles simbolizam o padrão de significados e concepções herdadas, realçando por meio de um processo de metonímia simbólica um dado aspecto da dimensão cultural. São, assim, uma produção metacultural (Kirshenblatt-Gimblett 2004), seja quando são apropriados pelas políticas públicas e encarcerados no discurso autorizado sobre os patrimônios (Smith 2006), seja quando são oficiosos (ou ainda não oficiais) e apenas vividos como patrimônios pelos seus criadores e portadores. Assim, tanto o discurso quanto à experiência dos patrimônios (tanto a representação quanto a apropriação), são produções metaculturais, que estão fortemente ancoradas na temporalidade e tensionadas pelo paradoxo posto pela onda patrimonial das agências em escala nacional e internacional.

A definição de Geertz (1998) para a relação da arte com a vida coletiva vale igualmente para os patrimônios, uma vez que eles também, assim como a arte, “materializam uma forma de viver, e trazem um modelo específico de pensar para o mundo dos objetos, tornando-o visível” (1998:150 – grifos meus). Chamo atenção para o uso dos artigos indefinidos, que se por um lado indicam a potencialidade de inúmeras possibilidades, por outro apontam para uma futura seleção, ou seja exclusão, posto que materializarão uma (e não todas) referência cultural tangível ou intangível.

A concepção de patrimônio que apresento a partir das reflexões de Geertz, dialoga também com o referencial conceitual construído por Gonçalves (2005), para quem os patrimônios, enquanto categorias do entendimento humano, permitem retomar a precedência da materialidade da cultura e assim o fazendo rematerializam a noção de cultura.

A dificuldade na distinção entre cultura e patrimônio não reside apenas na aparência que têm os dois conceitos para o senso comum, que por vezes, inadvertidamente, se replica nos trabalhos acadêmicos.

Reside, sobretudo, no fato de que nem todas as realizações culturais são patrimoniais e a linha entre as que o são e as realizações religiosas, artísticas, estéticas não é muito fácil de se demarcar na prática, pois as formas simbólicas podem servir a múltiplos propósitos.

Inspirada em Geertz (1989 e 1998), afirmo que, se religião, arte, senso comum e política podem ser tratados como sistemas culturais, os patrimônios também o podem. Com isto, estou dizendo que patrimônios são sistemas culturais que devem ser entendidos em relação a outros sistemas: artístico, estético, religioso, do senso comum, político, de parentesco. O grau de conexão e articulação entre sistemas patrimoniais e estes outros sistemas é variável e depende, pois, do contexto cultural.

O fato é que os patrimônios realçam, por meio de um processo de metonímia simbólica, um dado aspecto da dimensão cultural e isto vale tanto para os patrimônios oficiais, quanto para os patrimônios não oficiais. Dois exemplos de pesquisa em campos diferentes apontam para o potencial empírico deste recorte no campo patrimonial, com realce para a singularidade de cada um deles, ou seja, como patrimônios oficiais e não oficiais estão presentes de forma diferente em relação ao contexto e em relação a eles próprios.

Entre 1995 e 1998, analisei a recepção às políticas de tombamento em Espírito Santo do Pinhal³ (São Paulo, Brasil) comparando duas edificações tombadas, Cine-Theatro Avenida e a antiga Estação Ferroviária, com a Sede da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Dante Alighieri, que embora não tivesse sido tombada e já estivesse demolida, mobilizava a memória coletiva a partir da ressonância (Gonçalves 2007) que expressava a importância histórica e identitária daquela edificação para os descendentes dos imigrantes italianos, estabelecidos naquela cidade desde o final do século XIX (Tamaso 1998).

Já entre 2001 e 2007, quando me dediquei a analisar a candidatura da cidade de Goiás (Estado de Goiás, Brasil) ao título de patrimônio mundial junto à UNESCO, o diálogo com o tempo monumental/ tempo social de Herzfeld (1991), com paisagem política/ paisagem

vernacular de Jackson (1984) e com as estratégias e táticas de Certeau (1994 e 1997), foi fundamental para dar continuidade à escapada das abordagens restritas exclusivamente aos patrimônios oficiais.

O olhar para o descarte se deu, no primeiro caso, com a comparação entre patrimônios oficiais e patrimônio destruído (demolido) e, no segundo, com patrimônios reconhecidos e não reconhecidos; ressaltando que todos eles eram e são patrimônios vividos e experienciados pelos grupos locais. Assim, em diálogo com as narrativas e práticas oficiais dos patrimônios, venho observando e analisando as representações e apropriações oficiosas (mesmo que apenas no plano da memória), as quais estou convicta, têm grande potencial político e estético (Tamaso 1998, 2002, 2005, 2006, 2007a, 2007b, 2011, 2012a e 2012b). Seja em escala regional, nacional ou mundial de reconhecimento e oficialização dos patrimônios, encontramos um terreno fértil para pensar a relação entre o que foi realçado, selecionado e o que permanece obscurecido, ou fora excluído e/ou destruído.

Estudos cuja abordagem dos patrimônios não observa, analisa e interpreta o diferencial entre aqueles reconhecidos oficialmente e aqueles protegidos e reproduzidos extra-oficialmente, perdem de vista a potencialidade dos patrimônios enquanto prática e processo cultural e enquanto sistemas culturais. Deixam de interpretar a relação interna ao sistema patrimonial (entre bens patrimoniais oficiais e oficiosos) e externa, entre sistema patrimonial e todos os outros sistemas culturais. Além do mais, a inobservância do diferencial entre patrimônios oficiais e oficiosos impede que as análises sejam acuradas e densas e, conseqüentemente, prejudica as políticas patrimoniais.

Em outra direção, destaco os estudos de arqueólogos, antropólogos, sociólogos, historiadores e pesquisadores dos estudos culturais, propondo análises inovadoras da relação entre patrimônios oficiais e não oficiais, de forma a contribuir para com uma abordagem analítica mais adequada às situações empíricas com as quais temos nos deparado: onde patrimônios não oficiais emergem e eclodem provocando diálogos, dissensos e disputas das mais diversas ordens e graus.

Assim, os patrimônios passam a ser referidos como uma forma de ação social (Harrison 2009) seja como intervenção nas práticas que visam os patrimônios oficiais, sejam as práticas locais de patrimônios não oficiais. Neste último caso, os objetos, lugares e práticas não oficiais dos patrimônios, são consideradas culturalmente relevantes e significativas para comunidades e coletividades no sentido de como estas se constituem e operam no presente a partir do passado. A ideia de que os patrimônios vêm (também) de baixo (Samuel 1994) é igualmente fundamental na abordagem dos patrimônios não oficiais; assim como a ideia de que em contextos multiculturais há grande potencial de se subverterem os caminhos nos quais se percebem, selecionam e preservam os patrimônios (Hall 1999 [2007]).

Gonçalves também contribuiu para um reposicionamento dos patrimônios não reconhecidos oficialmente. Retomando as noções de ‘cultura espúria’ e ‘cultura autêntica’ de Sapir, argumenta que a ‘cultura autêntica’ define aquilo que

“escapa de toda e qualquer forma de definição, classificação, identificação precisa e objetificadora, tal como ocorre nos discursos de patrimônio cultural em seu sentido moderno, especialmente quando articulados pelas agências do estado” (Gonçalves 2005:229).

Gonçalves põe em destaque aquilo que é vivido pelos indivíduos, as formas de patrimônio vinculadas à experiência, às práticas corporais, às expressões da criatividade provocadas de dentro para fora e não o contrário.

Da arqueologia, Smith (2006) traz a ideia de patrimônio como processos sociais e culturais, como atos de comunicação e de construção dos significados no e para o presente. Em contraponto a esta ideia, a autora apresenta a noção ocidental de ‘*authorized heritage discourse*’ (AHD), que sendo autorreferenciada, naturaliza certas narrativas e experiências sociais e culturais, sobretudo vinculadas à ideia de nação e nacionalidade, a partir de valores e conhecimentos especializados, além de focar demasiado na tangibilidade das coisas. Como consequência do discurso autorizado (que só é autorizado porque é especializado) constituem-se “barriers for active public or community

inclusion into heritage, and social and cultural roles that it may play” (Smith 2006:44), fato já comprovado nas pesquisas de Berliner (2010), Fabre & Iuso (2009), Herzfeld (1998 e 2009), Leite (2005), Lima Filho (2010), Rubino (2006), Tamaso (2007a, 2007b e 2011), Fabre & Iuso (2009). Definido como um processo social e cultural, o patrimônio se constitui de

“experiences that may happen at sites or during the acting out of certain events; it is a processo of remembering and memory making – of mediating cultural and social change, of negotiation and creating and recreating values, meanings, understandings and identity. Above all, heritage is an active, vibrant cultural process of creating bonds through shared experiences and acts of creation” (Smith 2006:307-308).

A afirmação de Smith consolida minha percepção de que os patrimônios devam ser analisados como sistemas culturais e, portanto, sistemas patrimoniais nos quais experiências, formas de expressão, modos de vida, celebrações, performances sagradas ou profanas são memorizadas, transformadas, protegidas, reproduzidas, performadas e comunicadas por meio de formas tangíveis e intangíveis, que ancoram o grupo em um sistema cultural mais amplo.

Alguns dados da etnografia do processo de patrimonialização da cidade de Goiás, são trazidos neste texto, pois nela reside a origem da minha proposta de uma antropologia dos patrimônios que tome os patrimônios como sistemas culturais, sendo eles próprios sistemas integrados e dinâmicos.

Iluminando a antropologia dos sistemas patrimoniais a partir do caso da cidade de Goiás

No ano de 1999 a cidade de Goiás, situada no centro-oeste brasileiro, entregou à UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) o Dossiê para inscrição da cidade na lista dos Patrimônios Mundiais. Goiás refletia o momento mundial, no qual o patrimônio se tornava, ao fim do século XX, o ideal de inúmeras

idades (Choay 2001; Fortuna 1997; Lowenthal 1998b; Monnet 1996; Peixoto 2000 e 2003b e Tamaso 2007b).

A estagnação econômica pela qual passou a cidade, após a *mudança* da capital da cidade de Goiás para Goiânia no ano de 1937, somada ao desejo dos vilaboenses de retomarem a posição central que a antiga capital tinha, colaborou para que a arquitetura e a malha urbana, de características coloniais, fossem preservadas.

A partir da década de 50 o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com apoio de uma parte da elite cultural, iniciou o processo de patrimonialização da cidade, que se estendeu por toda a segunda metade do século XX. Recaíram tais políticas sobre uma parcela da cidade, denominada ‘Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás’⁴.

Uma parte da área urbana foi tombada pelo IPHAN, em três momentos distintos, na década de 50, em 1978 e em 2004, nos quais se foi ampliando a área tombada e a área protegida e, conseqüentemente os proprietários de imóveis acautelados pelo Estado-nação forma tendo seus direitos de propriedade limitados pelo Decreto-Lei 25 de 1937 e pela Portaria 001 de 22 de abril de 1993 (Tamaso 2007).

Enquanto os especialistas do IPHAN, aliados a alguns membros da elite cultural local, cuidaram de preservar um determinado ‘conjunto arquitetônico e urbanístico’, os vilaboenses tradicionais, os *filhos de Goiás* e os agentes da cultura e do patrimônio locais preservaram as tradições festivas e religiosas, que ao fim do século XX, foram incorporadas como ‘referências culturais’, no *Dossiê* enviado à UNESCO para a ‘*Proposition de l’inscription sur la liste du patrimoine mondial*’⁵. Realizaram o que Handler denominou de ‘cultural objectification’, no sentido de “seeing culture as a thing: a natural object or entity made up of objects and entities (‘traits’)” (1988:14).

Considero que os bens culturais materiais (casarios, igrejas, edificações civis, ruas, largos, chafarizes, monumentos e pontes) foram ‘animados’ pelas festas e celebrações, que têm efeito no *centro histórico*: local onde habitam majoritariamente os vilaboenses tradicionais.

Tantas são as alvoradas, serenatas, quermesses, retretas, procissões, festas de santos, novenas, pré-novenas, tríduos e folias que têm efeito, sobretudo no *centro histórico*, que entendi a necessidade de verificar a inter-animação (Basso 1996) das várias categorias patrimoniais entre si – alienáveis e inalienáveis – e delas com os vilaboenses. É da relação entre os vários patrimônios e múltiplas esferas de ação social (econômica, política, religiosa, social, familiar etc.) que interpreto o sistema patrimonial da cidade de Goiás, no qual são compartilhados elementos simbólicos presentes no sistema cultural comum.

A idéia de ‘*interanimation*’ de Basso (1996), diz respeito à inseparabilidade da vida das pessoas com relação aos lugares em que elas vivem. Aplico a noção de interanimação tanto para a inseparabilidade da vida dos vilaboenses com relação aos lugares vividos cotidianamente e ritualmente – nos quais têm efeito toda sorte de celebrações, manifestações e trocas simbólicas – quanto para a relação entre as várias categorias patrimoniais. Ou seja, como cada lugar é interanimado tanto pelas pessoas que nele vivem, quanto pelas práticas e trocas simbólicas e materiais que nele se dão, por agência das pessoas; ou ainda como cada prática é inter-animada tanto pelas pessoas quanto pelos lugares nos quais elas acontecem e vice-versa.

Em 2007, analisei este o sistema patrimonial vilaboense, como sendo composto de símbolos privados (a terra, a casa, o nome, a tradição, o dom, as relíquias, a herança dos encargos para com andores, santos, cantos, coros, cerimônias religiosas ou profanas das mais diversas), públicos (pontes, largos, chafarizes, becos, ruas, calçamentos, monumentos, edificações públicas e a música) e religiosos (igrejas, procissões, folias, festas, objetos sacros, como santos, ostensórios, coroas, cetros, bandeiras e a música sacra); todos eles “formulações tangíveis de noções, abstrações de experiência fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de idéias, atitudes, julgamentos ou crenças” (Geertz 1989:105).

Vale lembrar que é constitutiva a esta classificação proposta o fato de que os patrimônios se distingam por serem tangíveis (a terra, a casa, as relíquias, pontes, largos, chafarizes, becos, ruas, calçamen-

tos, monumentos, edificações públicas, objetos sacros, como santos, ostensórios, coroas, cetros, bandeiras) e intangíveis (o nome, a tradição, o dom, a musicalidade, procissões, folias, festas, a delicadeza, a cordialidade, o apurado senso estético). Este par de opostos binário complementar, tangível/intangível, favorece meu argumento de que os patrimônios devem ser pensados como sistemas e como tais, são marcadamente, igualmente e simultaneamente constituídos de materialidade e imaterialidade.

Assim, se o sistema patrimonial oficial e a narrativa patrimonial operam com a dicotomia especificamente nos plano institucionais e políticos, no sistema patrimonial local e não oficial os patrimônios são vividos de forma integrada e sistêmica, num processo de inter-animação constante, dinâmico e variado.

Embora o grau de ‘sistemicidade’ (Giddens 1989) entre patrimônios tangíveis e intangíveis seja muito variável, destaco a primazia e onipresença de um elemento neste sistema patrimonial: a música é tanto herança e dom de família, quanto é parte essencial das interações sociais profanas e sagradas. Preenche lugares públicos e privados, está dentro e fora dos lares, dos museus, das igrejas; irrompe o dia e acalenta a noite com alvoradas e serenatas; acelera os passos dos fiéis ou os estagna defronte os *passos*⁶ localizados no trajeto das procissões; cantada ou instrumental, profana ou sacra, a música percorre centro-histórico, bairros do entorno, periferia e bairros rurais, por meio da banda do 6°. BPM, do Coral Solo, dos vários grupos de serestas, do bloco Afoxé e Pilão de Prata.

Um exemplo de inter-animação entre os patrimônios (tangíveis e intangíveis) privados, públicos e religiosos, são as procissões que saem de uma igreja com andor carregado por *filhos de Goiás*⁷, que quase sempre são também membros da Irmandade dos Passos – aqueles que também transportam objetos sagrados como o *cirineu* e a *cruz processional* – percorrem ruas, largos e pontes, “conduzindo seres sagrados através de espaços profanos” (Brandão 1989:65); são as procissões observadas das janelas e portas abertas do casario e lares coloniais, acom-

panhadas por grande número de vilaboenses (de idosos a crianças), alguns políticos locais (por vezes regionais), representantes eclesiásticos, Banda do 6º BPM⁸ e Coral Solo.

Todos os patrimônios, e cada um deles, fortemente vinculados entre si numa ordenação que orquestra a reciprocidade entre vizinhos e parentes, as trajetórias por entre os dois lados do Rio Vermelho, que cinde o *centro histórico* em duas partes (Tamaso 2007b), uma maneira singular de ser musical e de reconhecer as famílias musicais, as posturas e o rigor estético em procissões, folias e festas.

Sendo o sistema patrimonial parte de uma sistema maior, que é o sistema cultural, todos os elementos patrimoniais encontram-se distribuídos nos vários segmentos da cultura – na religião, na moralidade, na estética, na política, no parentesco. A seleção e articulação que o sistema patrimonial processa em meio aos vários elementos do sistema cultural são de uma ordem especial e estão sempre relacionadas ao contexto no qual se criam, constroem, processam e transmitem valores patrimoniais, tanto por ação dos agentes oficiais do patrimônio (sistema patrimonial oficial e institucionalizado) quanto pelos agentes locais (sistema patrimonial tradicional); ambos em interação e interferência mútua.

Como um todo integrado, o que não significa um todo harmonioso e nem em equilíbrio, os sistemas patrimoniais (não apenas o da cidade de Goiás) são ao mesmo tempo um sistema de relações sociais, arranjos econômicos, processos políticos, categorias culturais, normas, valores e ideias. Assim, as dimensões do patrimônio vilaboense – tangível/ intangível e público, privado e religioso – passam a ser “equacionadas numa perspectiva ampla e sistêmica do que é o patrimônio local em que cada elemento surge integrado num plano conjunto, de múltiplas interações entre as partes” (Fortuna 2006:4). Ciente de que não são os sistemas “por força naturalmente estáveis”, trato o sistema patrimonial em Goiás “como se fosse parte de um equilíbrio global” (Leach 1996:326)⁹.

O sistema patrimonial deve ser observado em relação ao seu contexto. Uso contexto no sentido que lhe empregou Wagner (2010), como sendo:

“qualquer punhado de elementos simbólicos que ocorram juntos de alguma maneira. Para o autor, contexto é uma parte da experiência, assim como algo que nossa experiência constrói. É também um elemento no interior do qual elementos simbólicos se relacionam entre si e é formado pelo ato de relacioná-los” (Wagner 2010:78).

A perspectiva histórica é fundamental; caso contrário correr-se-ia o risco de se cair em inépcia teórica, que impediria uma análise adequada de um sistema cujos componentes passam por avaliações funcionais. Sendo o simbólico pragmático, “o sistema é, no tempo, a síntese da reprodução e variação” (Sahlins 1990:9).

Assim entendo tanto o sistema patrimonial oficial – sempre envolto às relações de poder e governado pelas normas (Canclini 1994; Handler 1988) – representado aqui pelo IPHAN; quanto o sistema patrimonial local, cuja agência está distribuída, com variações de força, entre os *filhos de Goiás* e todos aqueles que, mesmo não sendo *filhos de Goiás*, participam das práticas culturais patrimonializadas. A distinção entre eles reside no fato de que enquanto o primeiro sistema é formado por um corpo de especialistas e técnicos que atuam no sentido de proteger e preservar bens culturais que eles mesmos, fundados em seu poder de nomear, selecionaram como patrimônio, a partir do ‘discurso autorizado’ (Smith 2006); o segundo se constitui pelos vilaboenses e *filhos de Goiás* que em suas relações com os bens culturais vilaboenses, atuam como guardiões das tradições. Alguns destes atuam mais diretamente a partir de grupos organizados em irmandade, ONGs e associações, como é o caso da Irmandade dos Passos, OVAT (Organização Vilaboense de Artes e Tradições) e Coral Solo; a maior parte deles, entretanto, é constituída por moradores da cidade, vilaboenses e filhos de Goiás que são parte deste patrimônio, colocando em ação, performando-o mais ou menos ritualmente. Vale ressaltar que no grupo dos especialistas e técnicos do sistema oficial, pode-se encontrar *filhos de Goiás*, mas a ocorrência deste dado é pequena, o que não significa dizer que seja desprezível.

O sistema patrimonial oficial (IPHAN) ampliou sua base de ação sobre os monumentos isolados tombados da década de 50, para o

patrimônio urbano tombado em 1978 e rerratificado em 2004. Expandiu-se do histórico, arquitetônico e arqueológico reconhecido em meados do século XX, ao natural, paisagístico e cultural, no início do século XXI, quando para além do conjunto arquitetônico e urbanístico, os documentos oficiais começaram considerar termos como ‘paisagem cultural’ e em ‘referência cultural’, que inclui os bens de natureza imaterial¹⁰. Atualmente, no âmbito do sistema oficial iniciam-se os inventários do patrimônio imaterial com vistas a selecionar as referências culturais dignas de registro como patrimônio cultural nacional.

Já o sistema patrimonial local, tanto se reproduziu e se aprimorou para comprovar que a cidade de Goiás não havia sucumbido à *mudança* da capital (Tamaso 2007), quanto se transformou à medida que não apenas incorporou novas categorias patrimoniais (como é o caso de Cora Coralina), como passou a confrontar, por meio do debate cultural, a agência patrimonial oficial (Tamaso 2006). O processo de reavaliação pelo qual passou o sistema patrimonial local reflete, em parte, a conjuntura de transformações na ordem patrimonial nacional (IPHAN) e mundial (UNESCO)¹¹, uma vez que os dois sistemas estão em constante interação. O intercâmbio do sistema patrimonial local com o oficial é um fator essencial para a garantia da viabilidade, continuidade e capacidade de transformação de ambos. É fruto deste intercâmbio (sempre conjuntural) que atribuo a tão bem sucedida candidatura de Goiás à lista dos patrimônios mundiais; o que não significa que as interações e mútuas relações resultem em consequências apropriadas igualmente pelos dois grupos de sistemas: local e nacional.

Mas o processo de reavaliação pelo qual passou o sistema patrimonial local reflete igualmente o momento mundial no qual as identidades periféricas e subalternas reivindicam seu lugar no sistema patrimonial oficial, ancoradas em parte pela ampliação da categoria patrimonial (Tamaso 2005) e expansão dos bens culturais a serem parimonializados.

No que concerne ao sistema patrimonial local, cumpre papel fundamental os vilaboenses, os *filhos de Goiás* e os moradores da cidade que ao viverem a cidade e, por conseguinte, as práticas culturais que

têm efeito na área patrimonializada, são os principais agentes, à medida que são os guardiões (Giddens 1997) da preservação da memória e da tradição, garantindo um repertório cultural que é estrategicamente acionado pelos agentes dos patrimônios locais e nacionais. Assim, o sistema patrimonial local se divide entre guardiões e especialistas. Complexifica um pouco o quadro que pretendo apresentar, o fato de que especialistas locais do patrimônio, sendo também vilaboenses, não deixem de ser guardiões, à medida que também eles compartilham das mesmas memórias e tradição, fruto de herança familiar e social.

Só é possível entender as motivações dos agentes locais do patrimônio (especialistas e guardiões) ao se considerar o contexto de suas práticas, sendo ainda a inteligibilidade das práticas, condição necessária para a compreensão do sistema patrimonial. Assim, busquei analisar o sistema patrimonial com base nas práticas, nas quais os agentes afirmam seu código comum de significações presentes nos objetos (Bourdieu 1992), nas celebrações, nas festividades, nos monumentos, nos lugares, nas edificações, na musicalidade, no deslocamento corporal cotidiano e ritual, individual e coletivo, em todas as formas expressivas que se realizam no *centro histórico*, o que não significa dizer que se limitem ao centro histórico, pois muitos agentes locais no patrimônio habitam áreas externas à patrimonializada, levando e trazendo consigo este sistema de significados (Tamaso 2007a e 2007b; Oliveira 2014). É analisado com base nas práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo (Giddens 1989; Herzfeld 1998 e 2009).

Notas sobre o sistema patrimonial vilaboense

Como emblemas de resistência e durabilidade das famílias, em várias sociedades, figuram o nome, o clã, a dinastia, o prestígio, a fama, que são transmitidos de geração em geração (Lowenthal 1998). As famílias transmitem ainda, as afeições e aversões, o gosto, podendo ainda legar os cargos e funções simbólicas. Em Goiás, isto é particularmente importante. Algumas famílias, que habitam a cidade há um

ou dois séculos, se auto-referem como portadoras de dons específicos; fato que legitima um lugar social especial. Atividades ligadas à música e à religião são aquelas nas quais mais se podem notar as virtudes familiares como herança tradicional e como privilégios de algumas famílias. Dom, casa e nome de família são referências simbólicas para a gramática social; são expressões de descendência e sentido moral. Em torno da ideia de transmissão dos bens simbólicos reside a noção de um tempo cíclico que propicia à família a demarcação do seu lugar social e de sua identidade em relação à sociedade mais ampla (Barros 1989)¹².

Além dos laços de parentesco, os laços de vizinhança parecem motivar a referência a algumas famílias, o que sugere que a vizinhança seria uma espécie de família estendida. *Em nome* de um antepassado se mantêm laços de amizade e solidariedade, numa rede de alianças que inclui e exclui amigos e inimigos, para dentro e para fora de cada família (casa); patrimônio legado como parte da herança familiar.

Sabemos que os patrimônios privados começam com aquilo que os indivíduos herdam, seja de maneira tangível ou intangível. O nome é o primeiro bem; herança dada desde o nascimento. Com o nome, vêm os direitos e deveres; uma tradição a seguir. Assim é que patrimônio familiar e privado, constituído por bens tangíveis e intangíveis, alienáveis e inalienáveis, pode ser avaliado como crucial para a construção e preservação do patrimônio coletivo, uma vez que a inserção de Goiás no campo do patrimônio foi sempre tema de interesse e ação da elite cultural.

Vários são os nomes de família que desde a década de 40 trabalharam para proteger, preservar e divulgar a cidade de Goiás. Ao patrimonializarem a história e o passado da cidade simultaneamente patrimonializaram e continuam patrimonializando suas próprias histórias e casas de família, o passado com suas escolas, praças, rios e becos; a memória das procissões, das enchentes, das serenatas e folias. Eles se preservam nos bens culturais e no passado evidenciado na materialidade da paisagem urbana e nos bens culturais intangíveis.

Parte importante do patrimônio vilaboense está conformada pelo casario¹³, que permaneceu bem preservado, graças à tardia capacidade

de adaptação. Interessante o fato de que, apesar de terem absorvido, em meados do século XX, detalhes ecléticos nas fachadas – colocação de platibandas, ornatos como embasamentos, capitéis, pilares, frontões triangulares, dentre outras – não os absorveram no partido arquitetônico. Recuos frontais e laterais preenchidos por jardins não foram incorporados, resguardando o casario de ‘ruptura e quebra de ordem’¹⁴.

As casas¹⁵, majoritariamente térreas, são geminadas (parede-meia), com telhados em duas águas, vãos dispostos em ritmos contínuos e frontarias com beirais, que têm a função de jogar as águas da chuva para fora da calçada; longe das fachadas; o que nem sempre conseguem. O esquema imposto pela administração colonial regulou a construção das casas sem recuos frontais ou laterais, seguida a casa pelo quintal que avança até os becos ou travessas. Assim construídas, coladas nas ruas e umas nas outras, facilitam a interpenetração do público no privado e vice-versa, o que dá um tom peculiar à cidade ainda no século XXI.

São quatro as ‘tipologias edilícias’: (1) porta e janela, (2) meia morada, (3) morada inteira e (4) sobrado¹⁶. Além das dimensões das casas, estas classificações indicam o poder aquisitivo dos seus proprietários e/ou moradores.



Figura 1 – Porta e janela. Festa de aniversário dos 103 anos de dona Benedita à Rua do Fogo. Foto: Izabela Tamaso (2001).



Figura 2 - Meia Morada. Foto: Izabela Tamaso (2001).



Figura 3 - Morada inteira. Foto: Izabela Tamaso (2001).



Figura 4 - Sobrado situado no Largo do Coreto.
Foto: Izabela Tamaso (2000).

Em qualquer das tipologias segue-se a sequência de área social, íntima e de serviços, ligadas por um corredor – às vezes inexistente nas moradas de porta e janela¹⁷. A planta abaixo exemplifica uma morada inteira (Fonte: Martins 2004)¹⁸.

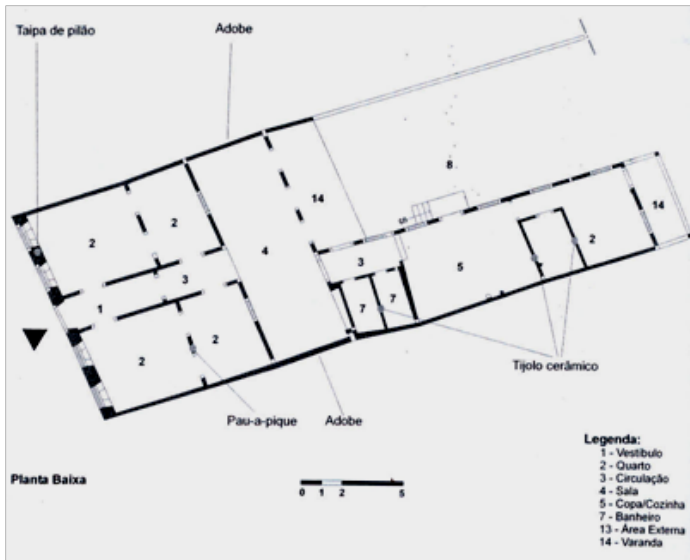


Figura 5 – Planta Baixa. Fonte: Martins 2004.

Nome de família, tradição, o dom (sobretudo para a musicalidade), bem como as relíquias (obras sacras, louças de família, documentos e fotografias) adensam este patrimônio familiar, cuja casa é o símbolo material mais paradigmático. Assim, além de lugares onde as histórias e o passado das famílias estão encerrados, as casas em Goiás são índices de poder, prestígio e antiguidade. A estes valores se somaram ao casario de Goiás os valores histórico, estético e arqueológico atribuídos pelo IPHAN, em nível nacional e pela UNESCO em nível mundial.

De todos os espaços e partes que compõem uma casa, a fachada é onde se concentram inúmeros significados e valores. É a partir dela que são feitas trocas econômicas e simbólicas e se processam relações sociais, religiosas, políticas. O movimento de cruzamento por este es-

paço intersticial foi interpretado por Van Gennep como um ‘rito de passagem’, onde têm efeito “ritos de margem” e ritos de “preparação para aliança” (1978:37). Ela é também foco de grande vigilância por parte das agências de preservação, pois se de um lado são paredes exteriores do domínio privado, por outro, são paredes interiores do âmbito público (Holston 1993:125) e por isto, concentram os maiores e mais memoráveis dissensos entre moradores e IPHAN (Martins 2003; Tamaso 2007a). Por tudo isso, a fachada é um importante elemento no sistema patrimonial. É por meio dela que o sagrado adentra a esfera privada, seja por meio das folias, seja por meio das procissões.

As casas são tomadas, uma vez ao ano, pelos Foliões do Divino Espírito Santo, que percorrem seus cômodos portando a coroa, cetro, bandeiras e salva: todos símbolos cruciais da Folia e da Festa do Divino Espírito Santo¹⁹. Junto dos foliões está a Banda do 6º. Batalhão da Polícia Militar, com repertório de marchinhas, boleros, música clássica e sacra. Comida, bebida, oração e música alimentam a sociabilidade que une centro histórico, área de entorno e periferia. De casa em casa, de rua em rua, os foliões vão recortando o espaço enquanto costumam as trocas sociais que nele se dão. Corte e cerzido, são partes do trabalho de tecer a sociabilidade sustentada pelas práticas culturais, algumas delas patrimoniais.

A fachada cumpre também uma função importante do casario no sistema religioso, especificamente durante as procissões, pois cada casa com portas e janelas abertas, iluminadas e ornamentadas, opera um vínculo entre a família e o sagrado. Todas as casas devem se abrir para a procissão. Assim, cabe em geral aos mais idosos e/ou aos funcionários das casas, o ritual de olhar a procissão que passa; enquanto os mais jovens acompanham a procissão.

As procissões não apenas passam nos e pelos lugares, elas fazem com que cada lugar percorrido – casa, igreja, rua, ponte e largo – seja em si um evento, no sentido de Casey, “the spatiotemporalization of a place, and the way it happens as spatiotemporally specified” (1996:37). É assim que ruas, casario, procissão, insígnias, folias, música, prece,

igrejas, irmandades se inter-animam cotidiana e ritualmente. Propus a noção de ‘patrimônio em movimento’ (Tamaso 2007a) como categoria analítica para pensar a relação entre as celebrações e procissões, ruas, pontes, largos, monumentos e casario. A análise das procissões, como patrimônio em movimento, permite a síntese da relação entre tradição, lugar e identidade; e, sobretudo, como esta relação se transforma em patrimônio.

Nas procissões, folias, alvoradas e serenatas, há um deslocamento (Brandão 1989) não só entre pessoas, mas também por lugares, que são redefinidos e ressignificados pela própria festa. Neste sentido, corpo, lugar e movimento estão em interação, de forma que uma parte do *centro histórico* de Goiás é especialmente dinamizada pelos três tipos de movimentos corporais relativos aos lugares e definidos por Casey como “staying in place”, “moving within a place” e “moving between places” (1996:23)²⁰.

No primeiro caso, ‘*staying in place*’, o corpo permanece em um único lugar, está em ‘*position*’, pois mesmo aparentemente parado, nenhum corpo fica em situação completamente estacionária, uma vez que o corpo se movimenta mesmo sem sair do lugar, por efetuar pequenos movimentos de seus membros, rotação de cabeça, etc. Exceção feita, por exemplo, às circunstâncias de paralisias (Casey 1996). Exemplos seriam as celebrações, como as missas e a cerimônia do Lava-pés, nas quais as pessoas permanecem por um tempo determinado paradas dentro das igrejas.

No segundo caso, ‘*moving within a place*’, o corpo todo se move dentro de um mesmo lugar. A mesma cerimônia que ora mantém o corpo ‘*staying in place*’, também impõe aos corpos momentos em que devem se deslocar, como, por exemplo, para a Comunhão. Casey nos lembra que a maioria das ações rituais se dá com os corpos se movendo em um conjunto de direções, dentro de lugares prescritos, como templos, praças etc.

As procissões, folias, alvoradas e serenatas oferecem movimentos rituais ou profanos dentro do lugar, em que se constitui a área tombada. Assim é que põem o patrimônio em movimento, ao adensarem de significado cada um e todos os lugares compreendidos no seu trajeto.

Donde advém outra característica do ‘lugar’ como aquele que “gather things em their midst – where ‘things’ connote various animate and inanimate entities” (Casey 1996:24). Mesmo não tendo sido ainda patrimonializadas oficialmente, as procissões de Goiás se preservaram, uma vez que se constituem em patrimônios vividos.

O terceiro caso, ‘*moving between places*’, denota as circunstâncias nas quais os corpos viajam entre os diferentes lugares. Assim, as procissões, folias, serenatas, alvoradas, são eventos nos quais os corpos seguem rotas preordenadas entre lugares diferentes inseridos dentro da área tombada, ou dentro *centro histórico*, ou no caso das folias, dentro da cidade de Goiás. Neste caso, estou tomando cada igreja, praça, ponte, como sendo um lugar e assim, o centro histórico como sendo um ‘*entire region*’. O mover-se entre lugares, corresponde a uma ‘*entire region*’, ou seja, uma área que concatena peregrinações entre os lugares por elas conectados. Partindo-se, por exemplo, de uma igreja e de um lado do rio e seguindo por ruas pré-estabelecidas, cruzando pontes e seguindo para o outro lado do rio, intercalando momentos de movimentos e de paradas em lugares previamente selecionados e preparados, até atingir o último lugar, no qual ocorre a dispersão dos corpos para outros lugares.

Todas as três formas que põem em interação corpo, lugar e movimento, são fundamentais para a preservação do sistema patrimonial local. Uma interanimação que atribui mais densidade e significado às trocas simbólicas e a cada em dos bens e dos lugares inseridos no sistema.

Ocorre que as gramáticas dos patrimônios privados e religiosos não teriam sentido se não existissem inseridas numa rede de trocas simbólicas e materiais que se efetuam nos patrimônios públicos, nos lugares como as pontes, largos, chafarizes, becos, ruas, calçamentos, monumentos, edificações públicas e música. Designo como patrimônio público os (1) bens culturais materiais, localizados no espaço público, que sejam de reconhecido valor (mas não necessariamente de igual valor) para os vilaboenses tradicionais e/ou para os agentes da preservação patrimonial. Também são patrimônios públicos as edificações que são de propriedade estatal (municipal, estadual ou federal)

e que devem também atender ao interesse público, como o Palácio Conde dos Arcos e o Museu das Bandeiras.

Os patrimônios públicos são também coletivos por serem de propriedade pública e, portanto, por definição devem servir à coletividade. Tratarei aqui da rua, como um patrimônio público exemplar, com vistas a estabelecer um recorte na apresentação dos dados etnográficos, informando o sistema de espaços públicos do qual a rua é parte, mas que inclui também os largos (confluência de várias ruas), os becos e as travessas, que como vias secundárias, cumprem a função de unir as ruas.

Em Goiás se manteve o tradicional sistema de malha urbana, onde a “rua corredor” ainda é “delineada por fachadas contínuas de prédios” (Holston 1993:109). O fato de que características do urbanismo pré-industrial da cidade de Goiás tenham se mantido preservadas, significa a manutenção de uma organização arquitetônica dos âmbitos privado e público da vida social. Segundo Holston, a “rua é ao mesmo tempo um tipo específico de lugar e um âmbito da vida pública” (1993:111). É por meio do contraste entre o espaço público e o edifício privado que a organização arquitetônica estrutura a paisagem urbana. Assim, afirma Holston “a rua não é apenas o lugar onde ocorrem vários tipos de atividade”, mas também onde se “corporifica um princípio de ordem arquitetônica mediante o qual a esfera pública da vida civil é ao mesmo tempo representada e constituída” (1993:111)²¹.

Destaco a trilogia formada pela rua, pela casa própria, e pelas casas dos vizinhos. Assim, ‘para além da soleira da casa’, estão secularmente plantadas as casas dos vizinhos, as redes de parentesco e alianças, os laços de amizade e as memórias; cumprindo a função de mediação entre os dois mundos. O relato da moradora do centro histórico descreve as relações entre privado e público.

à tarde as pessoas se sentam na porta da rua, como uma sala de visita... passam, cumprimentam, param, conversam, trocam as idéias ... tornando assim uma cidade mais viva, de sentimento, de comunicação, mais de respeito e de amor ao próximo²².

Aí residem integralmente o ‘tempo social’ e a paisagem vernacular. Onde segundo Magnani “se desenvolve a via associativa, desfruta-se o lazer, trocam-se informações, pratica-se a devoção – onde se tece, enfim, a trama do cotidiano” (2003:117).

É nestes ‘pedaços’ densos de sentidos que se pode observar a predileção dos vilaboenses tradicionais pela rua²³, como um tema cotidiano. Muitas conversas, direta ou indiretamente, tomam a rua como objeto de observação, análise e crítica. Falam com fervor sobre as características estéticas, calçamento, calçadas, fachadas. Observemos a fala de um vilaboense sobre a rua:

Eu costumo dizer que a rua da Pedra é a minha rua. É a minha rua no sentido que foi lá que eu praticamente nasci, me criei. Então aqui é meu meio, aqui é meu pedaço. ... Então, eu acho que a rua é a vida da pessoa porque os vizinhos se tornam quase que parentes... é uma família que está naquela rua. Então, assim como eu vivo é com as pessoas da minha rua, eu acho que todo mundo aqui em Goiás, cada pessoa tem a sua rua, toda pessoa tem o seu pedaço. Aquele pedaço que é de paixão!

A rua como parte da paisagem urbana é representada sistematicamente no repertório cultural produzido pelo vilaboense: **iconografia, música e literatura**. Gravuras, telas e peças em cerâmica e porcelana, contendo temas da paisagem urbana de Goiás, não são apenas *souvenirs* para turistas, são com frequência expostas no interior das casas da cidade de Goiás e na capital, Goiânia (Tamaso 2012b).

As *varandas* e/ou salas de visita exibem em preto e branco ou em cores a paisagem local. Para dentro do espaço privado se instalam os largos e chafarizes, as ruas e os monumentos, os becos, os morros, o casario e as igrejas. A genealogia da família (quase sempre presente nas paredes das casas das famílias tradicionais) é substituída pela *cidade-mãe* e cada tela, quadro, gravura ou objeto decorativo, traz um ‘lugar’ público para o espaço privado (Tamaso 2012b).

A partir destes recortes etnográficos visei apresentar a relação constitutiva de inter-animação entre bens tangíveis e intangíveis que

compõem os patrimônios privados, religiosos, públicos, que por sua vez constituem o sistema patrimonial vilaboense.

Ressalto a importância de refletirmos sobre como o sistema patrimonial opera em relação à sociedade. Sistemas ou padrões culturais são modelos que têm dois sentidos “um sentido ‘de’ e um sentido ‘para’” (Geertz 1989:107). São dois aspectos de um mesmo modelo que devem ser diferenciados para fins analíticos²⁴. O patrimônio, como um sistema cultural, é um modelo *da* e um modelo *para* realidade dos vilaboenses tradicionais, à medida que tanto dá significado à sua realidade social, modelando-se em conformidade a ela, quanto a modelando a ele mesmo.

Concluo chamando a atenção para o fato de que uma compreensão refinada dos sistemas patrimoniais locais pode ser um caminho para uma relação menos conflituosa dos agentes e narrativas dos patrimônios oficiais com agentes e narrativas dos patrimônios não-oficiais, entre paisagens vernaculares e paisagens políticas, entre tempos monumentais e tempos sociais, entre os agentes endógenos e exógenos às localidades patrimonializadas, entre o local, o nacional e o mundial!

Notas

¹ Este artigo é fruto de reflexões desenvolvidas para o doutoramento, a partir da etnografia realizada na cidade de Goiás – Brasil (Tamaso 2007). Neste artigo as idéias estão revistas e reordenadas de forma a avançar no arcabouço conceitual que fundamenta a proposta dos patrimônios enquanto sistemas culturais e patrimoniais.

² Leite (2006), Lowenthal (1998a e 1998b), Judy (1990 e 2005), Poulot (2009), Smith (2006), Harrison (2009) e Hall (1999 [2007]) por não serem antropólogos, não são listados, mas serão importantes em momentos específicos das reflexões que aqui são realizadas.

³ Tombamento realizado em âmbito estadual, pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo).

⁴ Processo de Tombamento Nº. 345-T-42. IPHAN, Brasília.

⁵ Dossiê – *Proposição de Inscrição da cidade de Goiás na lista do Patrimônio Mundial* (CD Rom, IPHAN 1999).

⁶ O ‘passo’ representa um dos sete passos de Nossa Senhora das Dores ou um dos sete passos de Nosso Senhor dos Passos. É parte da narrativa bíblica que se materializa na cidade de Goiás, sendo criado e ornado nos corredores de sete casas localizadas no trajeto das procissões.

⁷ São chamados *filhos de Goiás* aqueles que sendo filhos de famílias tradicionais da cidade tenham nascido ou não na cidade de Goiás. Assim, pode ser considerado *filho de Goiás* uma pessoa nascida em outra cidade mais filha de uma família tradicional e não ser considerado um *filho de Goiás* uma pessoa nascida na cidade e filha de família migrante (Tamaso 2007). Ser filho de Goiás é diferente de ser um vilaboense.

⁸ Mais detalhes sobre a relação entre catolicismo popular e deslocamento no espaço, conferir Brandão (1989).

⁹ A apresentação do modelo da realidade social, sendo uma hipótese do antropólogo sobre o modo como o sistema social opera (uma ferramenta analítica), cria uma ficção de equilíbrio que não existe nas sociedades reais. A realidade social é, na maioria dos casos, cheia de incongruências que podem nos propiciar uma compreensão dos processos de mudança social (Leach 1996).

¹⁰ Conferir Dossiê – *Proposição de Inscrição da cidade de Goiás na lista do Patrimônio Mundial* (CD Rom, IPHAN 1999).

¹¹ Sobre expansão dos objetos patrimonializáveis conferir as “Cartas Patrimoniais” (Cury 2001), além de Lowenthal (1998b), Fonseca (1994, 2001), Abreu (2003, 2005) & Tamaso (2005).

¹² Há segundo Barros um “plano moral que acaba por definir também a inserção das famílias na sociedade mais ampla, não em termos econômicos, mas como representantes de uma camada social que compartilha de um mesmo discurso de representação da família” (1989:36).

¹³ Caracterizada pela arquitetura vernacular em diálogo com a arquitetura colonial lusitana, já readaptada nos núcleos litorâneos ou no planalto paulista (Estado de São Paulo), de onde vieram os bandeirantes fundadores de Goiás, no século XVIII. Sobre arquitetura vernacular conferir Silva Teles (2000), Martins (2003), Lemos (1985 e 1999) e Galvão (2001).

¹⁴ Dossiê, Anexo V, 2000, p. 14.

¹⁵ A taipa de pilão, muito empregada à época pelos paulistas, foi em Goiás adaptada ao local apenas nos edifícios maiores, como por exemplo, na Casa de Câmara e Cadeia e em igrejas. As paredes em taipa de pilão são construídas após levantamento das formas (os taipais) em madeira, onde são colocadas camadas de terra, socada com a ‘mão de pilão’. A espessura das paredes em taipa de pilão pode variar de 0,40 m a 1,5m. O pau-a-pique exige um sistema estrutural denominado de ‘gaiola’, formada por esteios, baldrames, enxaméis, piques, fasquias e frechais que juntos sustentam e formam um gradeado trancado que é preenchido por barro. O adobe consiste em amassar o barro (com 30 % de areia) e colocá-lo em formas de madeira, postas ao sol. As dimensões dos tijolos podem variar. Em Goiás o adobe encontrado por Martins mede 35 X 20 X 15 cm, e se apresenta em diversas colorações. (Martins 2003). As técnicas do pau-a-pique e do adobe foram as mais empregadas no casario: o pau-a-pique em paredes internas e o adobe em muros e paredes estruturais. Os muros também eram construídos em taipa ou em pedra sobre embasamento em pedra.

¹⁶ São também classificadas como casas de ‘um lanço’, ‘dois lanços’ ou ‘três lanços’, conforme a divisão interna dos cômodos. Se as dependências (quartos e sala de visita) se situam apenas de um lado do corredor, são casas de ‘um lanço’; ao se situarem dos dois lados são de ‘dois lanços’ e quando um dos lados complexifica mais ainda a divisão interna, é chamada de ‘três lanços’. As casas de ‘um lanço’ são as de ‘meia morada’; as de ‘dois lanços’ e ‘três lanços’ são as casas de ‘morada inteira’. Dossiê, Anexo II/B, 1999, p. 47.

¹⁷ Detalhes sobre o casario vernacular em Goiás conferir Martins (2003).

¹⁸ O estilo da casa bandeirante paulista também se refletiu no espaço interno do casario, cujo programa de necessidades é dividido em três zonas, segundo Lemos (1999): (1) zona de convívio com pessoas estranhas à vida doméstica, (2) de intimidade intramuros e (3) dos afazeres domésticos, especialmente a culinária.

¹⁹ Sobre Festa do Divino Espírito Santo na cidade de Goiás, conferir Fraga (2002).

²⁰ Para mais detalhes conferir Tamaso (2007a).

²¹ Holston compara “dois tipos contrastantes de urbanismo” – Rio de Janeiro e Ouro Preto de um lado e Brasília de outro – a fim de revelar não apenas “tipos diferentes de ordem urbana enquanto concretizações de regimes políticos contrastantes”, como ainda para expor concepções diversas sobre o quê constitui o público e o privado “nas relações entre autoridade política e sociedade civil” (1993:111).

²² Entrevista concedida à autora em janeiro de 2002.

²³ Lembro que a categoria ‘rua’ compreende também largos e becos como espaços públicos.

²⁴ É um modelo de realidade quando enfatiza “a manipulação das estruturas simbólicas de forma a colocá-las mais ou menos próximas, num paralelo com o sistema não simbólico pré-estabelecido”; é um modelo para a realidade quando enfatiza “a manipulação dos sistemas não-simbólicos, em termos das relações expressas no simbólico” (Geertz1989:107).

Referências

- ABREU, R. & CHAGAS, M. 2003. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.
- ABREU, Regina. 2005. “Quando o campo é o patrimônio”: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio”. In *Revista Sociedade e Cultura*, 8(2):37-52.
- ARANTES, A. A. 1984. *Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense/Condephaat.
- _____. 2001. “Patrimônio imaterial e referências culturais.” *Tempo Brasileiro*, 1(147):129-139.
- _____. 2009. “Heritage as culture: limits, uses and implications of intangible cultural heritage inventories”. In: KONO, Toshiyuki (ed.): *Intangible cultural heritage and intellectual property: communities, cultural diversity and sustainable development*, pp.51-75. Antuérpia: Intersentia.

- ARANTES, A. A. 2011a. "Inventorying intangible cultural heritage under the 2003 convention". *ICH Courier*, 9:3-4.
- _____. 2011b. "Landscapes of history: contemporary challenges to the conservation of historicity in heritage sites". *Historic environment*, 23:23-29.
- _____. 2013. "Beyond Tradition: Cultural Mediation in the Safeguardian of ICH". In ARIZPE, L. & AMESCUA, C. (eds.): *Anthropological Perspectives on Intangible Cultural Heritage*, pp.39-55. Cidade do México: Springer/ UNESCO.
- BASSO, Keith. 1996. "Wisdom sits in places: notes on a Western Apache Landscape". In FELD, S. & BASSO, K. (eds.): *Senses of Place*, pp.53-90. Santa Fé: School of American Research Press.
- BERLINER, David. 2010. "Perdre l'esprit de Lieu: le politique de l'Unesco à Luang Prabang (RDP Lao)". *Terrain*, 55:90-109.
- BOURDIEU, Pierre. 1992. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1989. *A Cultura na Rua*. Campinas: Papirus.
- CANCLINI, Nestor G. 1994. "O patrimônio cultural e a construção imaginária no nacional". In HOLANDA, H. B. (ed.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 23:94-115.
- _____. 1997. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp.
- CHOAY, Françoise. 2001. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora Unesp.
- DE CERTEAU, M., GIRARD, L. & MAYOL, P. 1994. *A Invenção do Cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 1997. *A Invenção do Cotidiano: 2. morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes.
- FRAGA, Leila M. 2002. *O Divino Espírito Santo na cidade de Goiás: uma festa do patrimônio e da memória*. Dissertação de Mestrado Profissionalizante. Goiânia: UCG.
- FORTUNA, Carlos. 1997. "Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora". In FORTUNA, C. (ed.): *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia*, pp.231-257. Oeiras: Celta Editora.
- GEERTZ, Clifford. 1989. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- _____. 1998. *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes.
- GIDDENS, A. 1997. "A vida em uma sociedade pós-tradicional". In GIDDENS, A., BECK, U. & LASH, S. *A Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp.
- GONÇALVES, José R. S. 1996. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ.
- _____. 2007. *Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: DEMU/ IPHAN.
- GUIMARÃES, Roberta. 2013. "O encontro mítico de Pereira Passos com a Pequena África: narrativas de passado e formas de habitar na zona portuária carioca". In *A Alma das Coisas: patrimônios, materialidade e ressonância*. GONÇALVES, J. R. S., GUIMARÃES, R. S. & BITTAR, N. P. (eds.). Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj.

- HALL, Stuart. 2008[1999]. "Whose Heritage? Un settling the "heritage" re-imagining the post-nation". In FAIRCLOUGH, G., HARRISON, R., JAMESON, J. H. Jr. & SCHOFIELD, J. (eds.): *The Heritage Reader*, pp.219-228. Abingdon/New York: Routledge.
- HANDLER, David. 1988. *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press.
- HARRISON, R. 2009 . *Understanding the Politics of Heritage*. Manchester: Manchester University Press.
- HARVEY, David. 2001. "Heritage pasts and heritage presentes: temporality, meaning and the scope of heritage studies". *International Journal of Heritage Studies*, 7(4):319-338.
- HERZFELD, Michael. 1991. *A Place in History: social and monumental time in a Cretan Town*. Princeton/ New Jersey: Princeton University Press.
- _____. 2009. *Evicted from Eternity: the restructuring of Modern Rome*. Chicago: The University Chicago Press.
- HOLSTON. James. 1993. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- JACKSON, John B. 1984. *Discovering the Vernacular Landscape*. New Haven/London: Yale University Press.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, B. 2004. Intangible Heritage as Metacultural Production. *Museum International*, 56(1-2):56-65.
- JEUDY, Henry-Pierre. 1990. *Memórias do Social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. 2005. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- LACARRIEU, M., CARMAN, M. & GIROLA, M. 2006. "Processos de transformação urbana en lugares centrales y periféricos del área metropolitana de Buenos Aires: gano el urbanismo escenográfico?" In: FRÚGOLI JR., H., ANDRADE, L. & PEIXOTO, F. (eds.): *As Cidades e Seus Agentes: práticas e representações*, pp.98-127. Belo Horizonte: Edusp.
- _____. 2010. "Cidades latino-americanas. Desafios e limites dos processos de requalificação cultural: globais/transnacionais, regionais, nacionais e/ou locais?". *Revista Praia Vermelha*, 20(2):135-156.
- _____. 2006. Touristes et non-touristes dans le monde de l'interculturalité: un regard à partir du patrimoine immatériel. *Autrepart*, 40:131-150.
- LEITE, Rogério P. 2007. *Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas/Aracaju: Editora da Unicamp/UFS.
- LEWGOY, Bernardo. 1992. *A invenção de um patrimônio: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antonio Prado/RS*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre:UFRGS.
- LIMA FILHO, M. F. 2009. "Da Matéria ao Sujeito: inquietação patrimonial brasileira". *Revista de Antropologia*, 52(09):605-632.
- _____. 2010. "Espelhos patrimoniais em Ouro Preto: museus e passado afro-brasileiro". *Tomo*, 1:197-220.

- LOWENTHAL, David. 1998a. *El Pasado es un País Extraño*. Madrid: Ediciones Akal.
- _____. 1998b. *The Heritage Crusade and the Spoils of History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAGNANI, José G. 2003. *Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec/ UNESP.
- MONNET, Jérôme. 1996. “O álibi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 24:220- 228.
- PEIXOTO, Paulo. 2000. “O patrimônio mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas”. *Oficina do CES*, 155. (<http://www.ces.uc.pt/publicações/oficina/155/155.pdf>; acesso em 26/11/2006).
- _____. 2003. “Le patrimoine mondial et l’intesification des processus de patrimonialisation”. *Oficina do CES*, 185. (<http://www.ces.uc.pt/publicações/oficina/185/185.pdf>; acesso em 26/11/2006).
- POULOT, Dominique. 2009. *Uma História do Patrimônio no Ocidente, Séculos XVIII -XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Edições Liberdade.
- RUBINO, Silvana. 2006. “Os dois lados da linha do trem: história urbana e intervenções contemporâneas em Campinas (SP)”. In FRÚGOLI Jr, H., ANDRADE, L. T. & PEIXOTO, F. A. (eds.): *As Cidades e seus Agentes: práticas e representações*, pp.68-97. Belo Horizonte: PUC Minas/ Edusp.
- SAMUEL, Raphael. 1994. *Theatres of Memory: Past and present in contemporary culture*. London/ New York: Verso.
- SMITH, Laurajane. 2006. *Uses of Heritage*. London/ New York: Routledge Taylor & Francis Group.
- TAMASO, Izabela. 1998. *‘Tratorando’ a História: percepções do conflito na prática de preservação do patrimônio cultural edificado em Espírito Santo do Pinhal (SP)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB.
- _____. 2002. “Preservação dos patrimônios culturais: direitos antinômicos, situações ambíguas”. *Anuário Antropológico*, 98:11-50.
- _____. 2005. “A Expansão do Patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios”. *Revista Sociedade e Cultura*, 8(2):13-36.
- _____. 2006. “Cruz do Anhanguera: representações, experiências, memórias, patrimônio”. In FRÚGOLI Jr, H., ANDRADE, L. T. & PEIXOTO, F. A. (eds.): *As cidades e seus agentes: práticas e representações*, pp.245-273. Belo Horizonte: PUC Minas/ Edusp.
- _____. 2007a. “Relíquias e patrimônios que o Rio Vermelho levou”. In LIMA FILHO, M., ECKERT, C. & BELTRÃO, J. (eds.): *Antropologia e Patrimônio: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra.
- _____. 2007b. *Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*. Tese de Doutorado. Brasília: UnB.

- TAMASO, Izabela. 2011. “Paradoxos da Conservação Patrimonial na cidade de Goiás (Brasil): o debate cultural acerca dos lampiões e das pedras”. In ROSAS, M., TOBAR, J. & ZARATE, A. (eds.): *Arte y Patrimonio Cultural: inequidades y exclusiones*. Cauca: Editorial Universidad del Cauca.
- _____. 2012a. “Etnografando os Sentidos do Lugar: pintando, declamando e cantando a cidade de Goiás”. In TAMASO, I. & LIMA FILHO, M. (eds): *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*, pp.219-244. Brasília: ABA.
- _____. 2012b. Festas e Procissões da Cidade de Goiás: o patrimônio em movimento. Trabalho apresentado na ANPUH, São Paulo-SP.
- _____. 2012c. “Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade”. In PAULA, Z. C. (ed.): *Polifonias do Patrimônio*, pp.16-37. Londrina: Eduel.
- WAGNER, Roy. 2010. *A Invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac e Naif.

Abstract: In this article I propose to treat heritages as cultural systems. Thus, if religion, common sense and politics are cultural systems, so are heritages provided they are seen in relation to other systems, such as artistic ones, esthetic ones, religious ones, political ones, those of common sense, of kinship etc. The degree of connection and coordination between heritage systems and these other ones is variable and hence depends on cultural context. The case of the city of Goiás reveals that the constitutive relationship of interanimation between tangible and intangible heritage and between discourses and experiences as a part of the heritage system and as a meta-cultural production. This approach can aid in reflecting on and proposing public policies for preservation, protection and safeguarding of heritages that primarily meet the local groups’ demands, without losing sight of the dialogue with agencies on national and global scales.

Keywords: Heritage System; Cultural Heritages; City of Goiás.

Recebido em novembro de 2015

Aprovado em janeiro de 2016